Decisão de Fux sobre Bets gera debate econômico

Suspensão de processos amplia debate sobre segurança jurídica

Da **Redação**

A decisão do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), de suspender os processos que questionam a proibição das bets reacendeu uma discussão que ultrapassa o funcionamento das plataformas de apostas: quem deve arcar com os prejuízos de empresas e instituições que mantinham contratos e investimentos amparados pela legislação anterior?

A determinação, divulgada nesta segunda-feira (9), atende a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) e busca evitar decisões judiciais conflitantes enquanto o Supremo analisa a constitucionalidade da Medida Provisória nº 1.394/2026, que proibiu as apostas de quota fixa no país.

O impacto econômico já é discutido por empresas, clubes de futebol e representantes do mercado de apostas. Entre as questões estão a interrupção de patrocínios, os investimentos realizados por operadoras autorizadas e a possibilidade de pedidos de indenização.

Para Bruno Medeiros Durão, advogado especialista em Direito Bancário e Tributário e fundador da DAP Advocacia, o caso levanta questões sobre a proteção dos investimentos e os limites da atuação estatal.

"O Estado possui instrumentos legais para restringir atividades que representem riscos à sociedade. Entretanto, quando uma empresa recebe autorização, realiza investimentos e assume obrigações com base em regras vigentes, uma mudança dessa magnitude exige atenção à segurança jurídica. A discussão envolve não apenas a constitucionalidade da proibição, mas também os possíveis efeitos patrimoniais da decisão", explica Bruno.

CONTRATOS E INVESTIMENTOS ENTRAM NA DISCUSSÃO

A proibição também levanta dúvidas sobre o destino dos valores investidos pelas operadoras e sobre a execução de contratos comerciais firmados antes da mudança na legislação.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



O impacto econômico já é discutido por empresas, clubes de futebol e representantes do mercado de apostas

A eventual responsabilidade do poder público dependerá da análise de fatores como a validade da norma, as condições das autorizações, a existência de danos comprovados e o nexo entre a atuação estatal e os prejuízos alegados.

"Não significa que toda empresa afetada terá direito automático a uma indenização. Será necessário analisar os contratos, a natureza das autorizações e os prejuízos efetivamente demonstrados. O problema econômico pode ser ampliado quando a insegurança jurídica compromete o planejamento de empresas, patrocinadores e investidores", avalia o advogado.

ARRECADAÇÃO E PROTEÇÃO DOS CONSUMIDORES

Além dos contratos, a decisão coloca em debate a arrecadação tributária anteriormente vinculada ao setor e os custos sociais associados ao endividamento e à dependência de apostas.

A medida pode reduzir determinadas receitas públicas, mas seus defensores argumentam que a proibição também pode diminuir danos financeiros às famílias.

"Uma análise econômica responsável precisa considerar os dois lados: a arrecadação, os empregos e os investimentos ligados à atividade, mas também os efeitos do endividamento e da vulnerabilidade financeira dos consumidores. A questão é encontrar uma resposta juridicamente consistente, que proteja a sociedade sem desconsiderar as consequências econômicas", conclui Bruno.

O Supremo ainda deverá definir a validade constitucional da medida, decisão que poderá estabelecer parâmetros relevantes para o setor e para futuras discussões envolvendo regulação econômica no país.

Agências dos Correios prestam auxílio à população

Da **Redação**

Para ampliar as possibilidades de regularização financeira, a Serasa e os Correios iniciaram a 36ª edição do Feirão Serasa Limpa Nome, oferecendo consulta e negociação de dívidas, sem cobrança de taxas, em mais de 7 mil agências dos Correios até 6 de dezembro. Até mesta terça-feira, especialistas em educação financeira da Serasa também estarão presencialmente em agências selecionadas para orientar a população sobre as condições de negociação e a organização do orçamento.

O atendimento presencial nas agências dos Correios não tem cobrança de taxas, e as condições disponíveis nas agências são as mesmas oferecidas pelos canais digitais da Serasa. Para consultar as pendências, é necessário apresentar um documento oficial com foto.

O Feirão reúne um número recorde de 3,3 mil empresas parceiras e disponibiliza 122 milhões de ofertas entre 90% e 99% de desconto. As condições variam de acordo com a empresa credora e a dívida de cada consumidor.

Mais do que regularizar o nome, quitar as dívidas representa a possibilidade de retomar planos. Segundo pesquisas mais recentes da Serasa, as principais consequências do endividamento estão relacionadas a conseguir oportunidades de crédito (46%) e construir uma reserva financeira (34%). Entre os objetivos dos consumidores, 26% querem voltar a ter acesso ao crédito, 20% ter mais tranquilidade e 18% conseguir financiar uma casa ou imóvel.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Pendências podem ser negociadas com descontos de até 99%

Nesse contexto, a educação financeira pode ajudar a tornar a renegociação mais consciente e sustentável: 87% acreditam que esse tipo de conhecimento os ajudaria a parcelar o pagamento de uma dívida.

"Sabemos que muitas pessoas querem resolver suas pendências, mas precisam encontrar condições compatíveis com o orçamento. Nosso papel é facilitar esse caminho. Ao lado dos Correios, ampliamos o alcance do Feirão e oferecemos uma alternativa presencial e gratuita para que o consumidor consulte sua situação e encontre possibilidades de negociação", afirma Aline Maciel, diretora da Serasa.

Os endereços e horários de funcionamento das agências podem ser consultados no site ou app dos Correios, por meio da opção "Busca Agências".

Além da possibilidade de negociação, a programação especial dos dias 9 e 10 de novembro nas capitais e cidades selecionadas contará com orientações práticas de especialistas da Serasa sobre juros, condições dos acordos e organização do orçamento.